



Secretaria Executiva de
Desenvolvimento e Assistência Social

Secretaria de
Desenvolvimento Social
e Direitos Humanos

PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO



DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL

População Indígena e Quilombola

Gerência de Monitoramento e Avaliação | GMA

Vigilância Socioassistencial

Sumário

População indígena e quilombola	3
Referências	10

Lista de Quadros

Quadro 1: Municípios com presença de povos indígenas.	3
Quadro 2: Renda per capita da População Indígena e Quilombola cadastrada no Cadastro Único.	6

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Relação do Quantitativo de povos indígenas, quilombolas e equipes volantes por grandes regiões	9
---	---

Lista de Tabelas

Tabela 1: Municípios pernambucanos com presença de comunidades quilombolas.	4
Tabela 2: População Indígena e Quilombola inscrita no Cadastro Único.	5

1. População indígena e quilombola

O reconhecimento da diversidade dos povos tradicionais e dos direitos específicos dessa população é responsabilidade do Estado. A equidade visa garantir o respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, sobretudo para aqueles e aquelas que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Desta forma, destaca-se a importância da identificação das populações indígenas e quilombolas no território de Pernambuco.

De acordo com a pesquisa realizada pela FUNDAJ (2007), foi registrado no Estado de Pernambuco 15 Municípios com presença de povos indígenas. São eles:

Quadro 1: Municípios com presença de povos indígenas.

Águas Belas
Belém de São Francisco
Buique
Cabrobó
Carnaubeira da Penha
Floresta
Ibimirim
Inajá
Itaíba
Jatobá
Mirandiba
Pesqueira
Petrolândia
Salgueiro
Tacaratu

Fonte: FUNDAJ/2007 – Vigilância Socioassistencial – GMA/2014.

Em Pernambuco há atualmente o registro de oito etnias indígenas, são elas: Atikum, Fulni-ô, Kambiwá, Pankará, Pankararu, Pipiã, Truká, Tuxá e Xucuru. O mapeamento desses povos e sua inclusão nas políticas sociais são prioridades do SUAS. A este respeito destacam-se debates e deliberações da 9ª Conferência Nacional de

Assistência Social, cujas umas das deliberações correspondem à implantação de CRAS e CREAS indígenas, respeitando suas especificidades, diversidade cultural, étnica, social e geográfica.

Equivalente a essas informações, as comunidades quilombolas também são populações prioritárias para inserção nas políticas sociais. De acordo com informações da Fundação dos Palmares há 47 Municípios pernambucanos com presença de comunidades quilombolas. São eles:

Tabela 1: Municípios pernambucanos com presença de comunidades quilombolas.

Municípios	RD	Municípios	RD
Afogados da Ingazeira	Sertão do Pajeú	Lagoa Grande	Sertão do São Francisco
Afrânio	Sertão do São Francisco	Mirandiba	Sertão Central
Agrestina	Agreste Central	Olinda	RMR
Águas Belas	Agreste Meridional	Orocó	Sertão do São Francisco
Betânia	Sertão do Moxotó	Panelas	Agreste Central
Bezerros	Agreste Central	Passira	Agreste setentrional
Bom Conselho	Agreste Meridional	Pesqueira	Agreste Central
Brejão	Agreste Meridional	Petrolândia	Sertão Itaparica
Cabo de Santo Agostinho	RMR	Petrolina	Sertão do São Francisco
Cabrobó	Sertão do São Francisco	Quixaba	Sertão do Pajeú
Caetés	Agreste Meridional	Rio Formoso	Mata Sul
Capoeiras	Agreste Meridional	Salgadinho	Agreste setentrional
Carnaíba	Sertão do Pajeú	Salgueiro	Sertão Central
Carnaubeira da Penha	Sertão Itaparica	Saloá	Agreste Meridional
Cupira	Agreste central	Santa Maria da Boa Vista	Sertão do São Francisco
Custódia	Sertão Do Moxotó	São Bento do Una	Agreste Central
Floresta	Sertão Itaparica	São Caetano	Agreste Central
Garanhuns	Agreste Meridional	São José do Egito	Sertão do Pajeú
Goiana	Mata Norte	Serra Talhada	Sertão do Pajeú
Iati	Agreste Meridional	Sertânia	Sertão do Moxotó
Iguaraci	Sertão do Pajeú	Terra Nova	Sertão Central
Itacuruba	Sertão Itaparica	Triunfo	Sertão do Pajeú
Lago dos Gatos	Agreste Central	Vicência	Mata Norte
Lagoa do Carro	Agreste Central		

Fonte: Fundação Cultural Palmares/2013 – Vigilância Socioassistencial – GMA/2014

Vale ainda ressaltar a existência do Quilombo Urbano Nação Xambá, localizado na comunidade Portão do Gelo que se encontra situada no Bairro de São Benedito na cidade de Olinda, o terceiro quilombo urbano reconhecido conjuntamente pelo Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares e pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que mantém a história e cultura negra da Nação Xambá sendo um dos pioneiros no reconhecimento como Quilombo Urbano. A invisibilidade a que estava submetido este Quilombo até 2006, ano do seu reconhecimento oficial, nos dá pistas acerca da situação em que se encontram várias comunidades quilombolas em nosso estado que ainda não passaram por esse processo de reconhecimento. Tal situação de invisibilidade muitas vezes impede o adequado enquadramento destas populações no CadÚnico dificultando a sua inclusão em Programas Sociais e Serviços oferecidos pelo SUAS.

No que se refere ao quantitativo dessa população inseridas no CadÚnico, o quadro abaixo destaca um quantitativo total de 34.051 indígenas e 19.104 quilombolas.

Tabela 2: População Indígena e Quilombola inscrita no Cadastro Único.

CLASSIFICAÇÃO	Total de municípios	População total no Estado cadastrada no CADÚNICO	% da população total no CADÚNICO com renda percapita de até R\$ 362,00
População Indígena	132	34.051	97,80%
População Quilombola	71	19.104	97,13%

Fonte: CadÚnico – Dez/2013 – vigilância Socioassistencial – GMA/2014.

Esses dados também destacam que a maioria (mais de 95% dessa população) possui renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Trata-se de um número significativo de pessoas pertencentes a comunidades tradicionais que estão em situação de pobreza e extrema pobreza. Acerca dessa ultima informação o quadro abaixo destaca que mais

de 75% dos povos indígenas e população quilombola, inscritos no CadÚnico, possuem renda per capita abaixo de 70,00.

Quadro 2: Renda per capita da População Indígena e Quilombola cadastrada no Cadastro Único.

Localidade	POPULAÇÃO INDÍGENA			POPULAÇÃO QUILOMBOLA		
	nº. de pessoas cadastradas	nº. de pessoas cadastradas em situação de extrema pobreza (com renda <i>per capita</i> até R\$ 70,00)	Proporção da população indígena cadastrada em situação de extrema pobreza (com renda <i>per capita</i> de até R\$ 70,00)	nº. de pessoas cadastradas	nº. de pessoas cadastradas em situação de extrema pobreza (com renda <i>per capita</i> até R\$ 70,00)	Proporção da população quilombola cadastrada em situação de extrema pobreza (com renda <i>per capita</i> de até R\$ 70,00)
Pernambuco	34.051	26.488	77,78%	19.104	14.979	78,40%

Fonte: CadÚnico – Dez/2013 – Vigilância Socioassistencial – GMA/2014.

As informações revelam quanto essa população está em situação de vulnerabilidade. Desta forma destaca-se a importância de desenvolver ações e estratégias de busca ativa que potencialize o acesso desse público as políticas públicas, bem como o atendimento especializado através de equipamentos específicos para esses povos tradicionais.

No quadro abaixo podemos visualizar os percentuais das populações indígenas e quilombolas que recebem bolsa família em contraste com percentuais de renda per capita.

Quadro 3: Percentual da População Indígena e Quilombola beneficiária do PBF em contraste com a renda per capita.

	% PBF		% Extrema Pobreza (0 a 77 Reais)		% Pobreza (78 a 154 Reais)	
	Pessoas	Domicílio	Pessoas	Domicílio	Pessoas	Domicílio
Indígena	82,03	74,88	78,90	76,21	10,22	9,29
Quilombola	87,78	81,40	78,75	76,34	10,21	8,52

Fonte: CadÚnico – Dez/2013 - Vigilância Socioassistencial - GMA/2014.

Quando olhamos os dados apresentados acima podemos perceber que um alto percentual dos indígenas (82,03%) e quilombolas (87,78%), inscritos no Cadastro Único, são assistidos pelo PBF o que indica uma boa cobertura do serviço em relação ao atendimento da Portaria GM 341/2008 que considera estas populações como prioritárias para inclusão no referido programa. Por outro lado, ao observarmos os percentuais relacionados aos indicadores de renda per capita vemos que a maioria destas pessoas se encontra em situação de extrema pobreza (78,90%) o que sugere uma atenção especial a estas populações uma vez que estão sujeitas a diversas vulnerabilidades.

A análise apresentada no Caderno de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate¹ corroboram com o posicionamento acerca da necessidade de desenvolvimento de ações que melhorem o acesso destas populações aos diversos serviços públicos, bem como, a melhoria na qualidade daqueles já ofertados. A título de exemplo, observando especificamente à situação quilombola, foco de análise do estudo mencionado, além de apontar a má qualidade dos serviços públicos ofertados, a comunidade expressou um alto índice de desconhecimento acerca dos programas do MDS. “Não é difícil explicar as razões dessa percepção, pois os programas em questão não são suficientes – seja por sua cobertura ou por seu desenho [...]” (Brasil, 2010:148).

No que se refere ao quantitativo de equipamentos específicos para esses públicos ressaltamos que no Estado de Pernambuco existe 01 CRAS quilombola localizado no Município de Garanhuns e 01 CRAS Indígena em Cabrobó. A implantação desses equipamentos é fundamental haja vista o amplo território, a grande diversidade geográfica, onde áreas urbanas e rurais convivem cada qual com suas especificidades, tendo cada população necessidades diferentes em relação aos serviços oferecidos pelos CRAS.

No entanto, é necessário expandir os números desses equipamentos, bem como garantir adequação em relação a recursos humanos, localização, dentre outras

¹ Ver especialmente o item: Avaliação Diagnóstica: acesso das Comunidades Quilombolas aos programas do MDS.

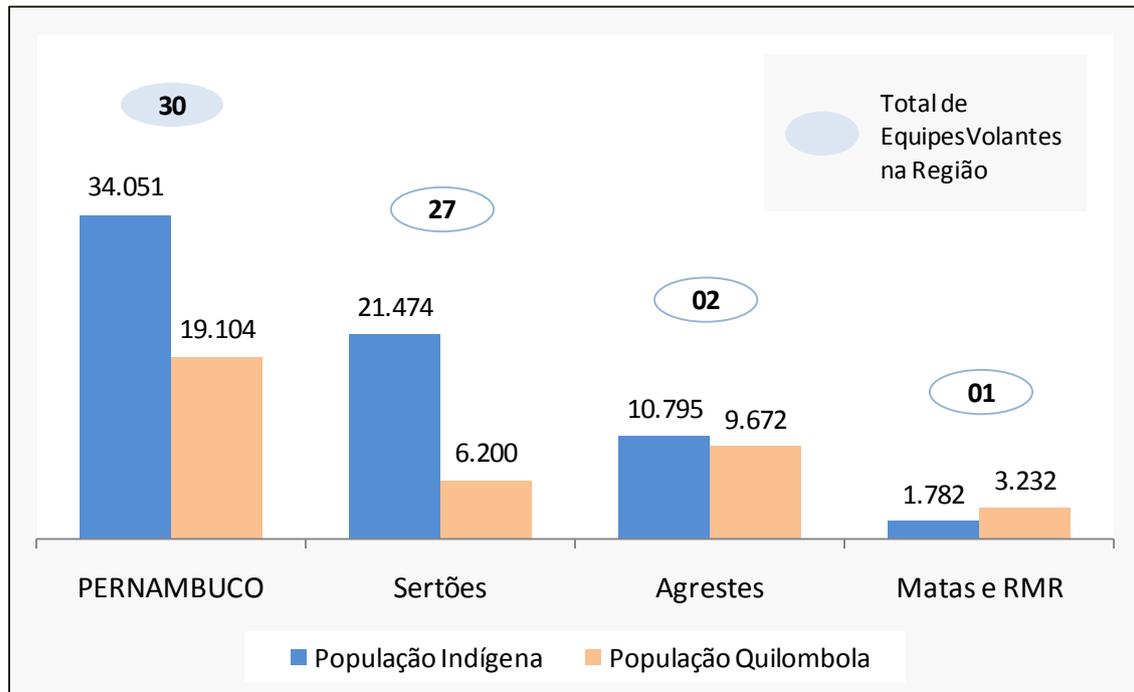
adequações previstas na NOB RH SUAS/2006. Como já viemos demonstrando, a definição de políticas adequadas ao atendimento destas populações é fundamental para a garantia dos seus direitos humanos, culturais e sociais.

As equipes Volantes também possuem um papel importante na garantia do acesso a essa população. Conforme cita o Boletim nº 02 da Vigilância Socioassistencial do MDS, “de acordo com a Resolução da CIT nº 6/11, um dos objetivos da Equipe Volante é “prestar serviços de Proteção Social Básica em territórios extensos, isolados, áreas rurais e de difícil acesso” (BRASIL *apud* BOLETIM nº 2, 2014; p. 1). É importante avaliar a necessidade de treinamento destas equipes visando à sensibilização para as especificidades destas populações que muitas vezes pode passar despercebida haja vista o histórico processo de invisibilidade a que foram submetidas durante séculos.

De acordo com essas informações, destaca-se que as populações indígenas e quilombolas (populações majoritariamente rurais, com raras exceções urbanas) se mostram majoritariamente presentes nos Sertões². Esta é a região que dispõe de maior cobertura das equipes volantes. Segue um gráfico com essas informações.

² Há um quantitativo significativo de indígenas e principalmente de quilombolas em áreas urbanas, mas eles se encontram diluídos na massa populacional dos grandes centros. No caso dos indígenas muitas vezes eles passam por um processo de ruptura com as tradições já que se encontram apartados da vida comunitária da aldeia o que favorece uma crise identitária.

Gráfico 1: Relação do Quantitativo de povos indígenas, quilombolas e equipes volantes por grandes regiões.



Fonte: CadÚnico DEZ/2013_SAGI/MDS – Vigilância Socioassistencial – GMA/2014.

Como evidenciado no gráfico acima, há uma boa cobertura de equipe volante na região dos Sertões de Pernambuco. A principal atividade da equipe volante é a ação de busca ativa, desta forma observa-se que o quantitativo elevado da inclusão das populações tradicionais nessa região pode está associada à boa cobertura de equipes volantes.

Esta perspectiva acerca da cobertura das equipes volantes corrobora com os dados censitários do IBGE que demonstram que num comparativo dos Censos 1991/2010 a região nordeste mantém um quantitativo significativo de presença indígena no interior, 20,4%. Contudo os dados do órgão também revelam um crescimento no número de indígenas autodeclarados residentes na região urbana, 33,7. Estes percentuais indicam que a diversidade étnica da área urbana pode não estar expressa devido ao adensamento populacional conjugado com o pequeno contingente já que conta apenas com 01 equipe volante.

Os dados apresentados acima acerca dos Indígenas e Quilombolas demonstram a importância do atendimento prioritário e diferenciado a estas populações uma vez que, tanto em âmbito nacional quanto estadual, se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza e acesso limitado à renda e políticas públicas.

Referências

BRASIL. Boletim da Secretaria Nacional de assistência Social - Vigilância Socioassistencial. Nº 02_ MDS/2013.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. . **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares (**FCP**) Comunidades Quilombolas **em Pernambuco**. In: <http://www.palmares.gov.br/quilombola/#>. Acesso em DEZ/2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. (Org.). Avaliação Diagnóstica: acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do MDS. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, n. 13, p.10-221, 16 maio 2014.

Jornal do Commercio. Mapas das etnias indígenas em Pernambuco. In: *JC on line/apoio FUNDAJ*. 2007 In: <http://www2.uol.com.br/JC/sites/indios/cultura4.html> . Acesso em 05 de maio de 2014.

Equipe

Ingrid Vier

Gerente de Monitoramento e Avaliação

Shirley Samico

Coordenadora da Vigilância Socioassistencial

Bruno Albuquerque - Técnico de TI

Flávio Santos - Estatístico

Vinícius Souto Maior - Estatístico

Técnicos de Vigilância Socioassistencial

Francisco Godoy

Juliana C.L. Silvia

Kássia Barbosa

Thiago Moreira

Contatos:

Telefones: 3183-3030 / 31833042

vigilanciasocioassistencialpe@gmail.com

vigilanciasocioassistencial@sedsdh.pe.gov.br